

AS DISCIPLINAS DE ESTUDOS SOCIAIS NA FORMAÇÃO GERAL DO DOCENTE NO PROJETO LOGOS II

THE DISCIPLINES OF SOCIAL STUDIES IN GENERAL TEACHER TRAINING IN THE LOGOS II PROJECT TEACHER

LAS DISCIPLINAS DE ESTUDIOS SOCIALES EN FORMACIÓN DE PROFESORES GENERALES EN EL PROYECTO LOGOS II

Cristiane Talita GROMANN DE GOUVEIA¹
Sérgio Candido de GOUVEIA NETO²

RESUMO: O Logos II foi um projeto destinado à formação do professor, entre as décadas de 1970 e 1990, que funcionou a distância e utilizava o sistema modular. Foi implantado em 19 entes da Federação e o Território Federal de Rondônia estava entre eles. A grade curricular do Projeto Logos II era composta por 28 disciplinas, dividida em duas categorias (Geral e Especial), sendo a primeira de formação de 2º grau. Nesse rol de disciplinas de formação geral, figuravam as da área de Estudos Sociais (História, Geografia, Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB)). Mas, do que tratavam essas disciplinas de Estudos Sociais? Para tentar responder essa e outras questões, o presente artigo tem como objetivo elaborar uma história sobre as disciplinas de Estudos Sociais no Projeto Logos II. Como fontes, foram utilizados os módulos das disciplinas acima, bem como as legislações (pareceres, portarias, decretos, entre outros.), além de outros documentos. Como referencial teórico-metodológico, utilizou-se o Paradigma Indiciário de Ginzburg (1989) e a triangulação de dados de Mathison (1988). Os resultados indicam que, no Projeto Logos II, as disciplinas de Estudos Sociais apresentavam a visão do Governo da época sobre os contextos políticos, econômicos e sociais.

Palavras-chave: História da Educação. Formação de Professores. Rondônia.

ABSTRACT: *Logos II was a project aimed at teacher training, between the 1970s and 1990s, which worked remotely and used the modular system. It was implemented in 19 entities of the Federation and the Federal Territory of Rondônia was among them. A curriculum note for the Logos II Project was made up of 28 subjects, divided into two categories (General and Special), the first being a high school education. In this list of general education disciplines, they were in the area of Social Studies (History, Geography, Moral and Civic Education (EMC) and Social and Political Organization of Brazil (OSPB)). But, what were these Social Studies subjects about? In order to try to answer these and other questions, this article aims to elaborate a story about the Social Studies disciplines in the Logos II Project. As sources, the modules of the disciplines above were used, as well as the legislation (publications, ordinances, decrees, among others.), In addition to documents. As a theoretical-methodological framework, the Ginzburg Index (1989) and Mathison's data triangulation (1988) were used. The results*

¹ Instituto Federal de Educação de Rondônia (IFRO) – Campus de Vilhena, Vilhena – Rondônia, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2347-0550>, E-mail: thalita_hehe@hotmail.com

² Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – Campus de Vilhena, Vilhena – Rondônia, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3434-5413>, E-mail: sergio.gouveia@unir.br

indicated that, in the Logos II Project, as subjects of Social Studies, they presented the Government's view at the time on the political, economic and social contexts.

Keywords: *History of Education. Teacher training. Rondônia.*

RESUMEN: *Logos II fue un proyecto orientado a la formación del profesorado, entre las décadas de 1970 y 1990, que trabajaba de forma remota y utilizaba el sistema modular. Se implementó en 19 entidades de la Federación y el Territorio Federal de Rondônia fue una de ellas. Una nota curricular para el Proyecto Logos II estaba compuesta por 28 asignaturas, divididas en dos categorías (General y Especial), siendo la primera de educación secundaria. En esta lista de materias de educación general, estaban en el área de Estudios Sociales (Historia, Geografía, Educación Moral y Cívica (EMC) y Organización Social y Política de Brasil (OSPB)). Pero, ¿de qué trataban estas asignaturas de estudios sociales? Para intentar dar respuesta a estas y otras preguntas, este artículo tiene como objetivo elaborar una historia sobre las disciplinas de Estudios Sociales en el Proyecto Logos II. Como fuentes se utilizaron los módulos de las disciplinas anteriores, así como la legislación (publicaciones, ordenanzas, decretos, entre otros.), Además de documentos. Como marco teórico-metodológico se utilizó el Índice de Ginzburg (1989) y la triangulación de datos de Mathison (1988). Los resultados indicaron que, en el Proyecto Logos II, como sujetos de Estudios Sociales, presentaron la visión del Gobierno en ese momento sobre los contextos político, económico y social.*

Palabras clave: *Historia de la educación. Formación de profesores. Rondônia*

Introdução

Durante o regime militar no Brasil (1964-1985), entre outros problemas educacionais, havia o problema do professor não titulado, conhecido como “professor leigo”. Uma das tentativas utilizadas pelo regime para solucionar o problema da formação, foi a criação, em caráter emergencial, de diversos programas para habilitação dos professores, leigos em sua maioria (AMARAL, 1991). Os Estados receberam autonomia para que “elaborassem seus próprios planos de habilitação dos professores não titulados” (AMARAL, 1991, p.63). Nesse caso, foram criados projetos, os projetos – Projeto de Habilitação de Professores Leigos (HAPROL) na Bahia, e Habilitação de Professores não Titulados (HAPRONT), no Paraná, Alagoas e Espírito Santo.

Em 19 Estados da Federação, foi implantado o Projeto Logos II, que tinha como objetivo formar, em regime emergencial, professores que eram leigos, e habilitá-los em segundo grau para o exercício do Magistério. O Logos II utilizava um sistema modular, que dava ao aluno flexibilidade no estabelecimento do seu próprio ritmo de aprendizagem.

O Projeto Logos II foi implantado, inicialmente, naqueles Estados, em caráter experimental e o Território Federal de Rondônia estava entre os cinco primeiros deles. Segundo Amaral (1991, p. 52), era na “região Norte que se encontrava a maior proporção de professores leigos em relação aos habilitados”. Em Rondônia, tinha-se uma grande quantidade de professores não titulados que atuavam em salas de aula, já que dos 967 professores que exerciam o magistério, 299 eram titulados e 668 não possuíam habilitação (BRASIL, 1974). Para resolver esse problema, o Projeto Logos II foi implantado no Território Federal de Rondônia, no ano de 1976, e encerrou as atividades em 1994. De acordo com Gromann de Gouveia (2016), o Logos II adotava os moldes do Ensino Supletivo, ou seja, educação a distância no sistema modular, sob a responsabilidade do Departamento de Ensino Supletivo (DSU), responsável por sua execução. Os materiais didáticos ficaram aos cuidados do Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB).

A grade curricular do Logos II era composta por 28 disciplinas (3.480 h), sendo divididas em duas categorias (Geral e Especial), mais 2.000 horas de estágio que, inicialmente, era supervisionado³. A Educação Geral baseava-se na “legislação pertinente aos conteúdos relativos ao ensino de 1º e 2º graus e foi subdividida em 12 disciplinas e 106 módulos” (CETEB, 1984, p. 16), classificados em nível crescente de dificuldade. Já a parte de Educação Específica continha “18 disciplinas, que eram estudadas em 99 módulos, igualmente sequenciados, dos assuntos mais simples para os mais complexos” (CETEB, 1984, p. 16). No total, inicialmente, foram elaborados “205 módulos, além de uma série introdutória denominada ‘preparação do cursista’, na qual constam as informações básicas do Projeto, sua operacionalização e as responsabilidades do aluno participante” (CETEB, 1984, p. 16).

Os módulos eram livros em formato de brochuras, entregues aos professores-cursistas no início do curso. Eram, senão a única, uma das principais fontes que os cursistas tinham para estudar. No rol das disciplinas da categoria geral do Projeto Logos II, figurava a matéria⁴ de Estudos Sociais, composta pelas disciplinas de História, Geografia, Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Mas, em tempos de ditadura civil-militar, do que tratavam essas disciplinas de

³ Para saber mais, ver Gromann de Gouveia (2016; 2019).

⁴ Segundo a legislação da época, o currículo escolar era dividido em três grandes áreas do conhecimento: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências, que simbolizavam as três linhas do conhecimento humano. Tais áreas eram denominadas de matérias, onde se configurariam os conteúdos mínimos a se aprender por meio de atividades, áreas de estudos e disciplinas (GROMANN DE GOUVEIA, 2019).

Estudos Sociais? Para tentar responder essa e outras questões, o presente artigo tem como objetivo elaborar uma história sobre a matéria de Estudos Sociais no Projeto Logos II.

Dessa forma, o texto está dividido, além desta introdução, em Referencial Teórico-metodológico, Resultados e Discussões, onde é apresentado e discutido o conteúdo das disciplinas de Estudos Sociais do Logos II e, encerrando, as considerações finais.

Referencial Teórico-metodológico

A coleta dos documentos da pesquisa foi realizada no período entre 2012 e 2017, nas cidades de Vilhena, Pimenta Bueno, Ariquemes e Porto Velho, no Estado de Rondônia, onde foram visitados os Centros de Ensino de Jovens e Adultos (CEEJA'S), as bibliotecas municipais e estaduais, o arquivo do jornal Alto Madeira, o Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO), a Secretaria Estadual de Educação de Rondônia (SEDUC/RO). Além desses locais, foi realizada coleta de documentos em Brasília (DF), no caso, na Empresa CETEB e no Arquivo Nacional de Brasília. Outros documentos (alguns módulos das disciplinas) foram obtidos em diversos sebos. Contamos, também, com a ajuda de colegas de profissão, que nos forneceram alguns materiais (módulos das disciplinas). Para uma relação completa da documentação levantada, basta consultar a tese de doutoramento de Gromann de Gouveia (2019).

Contudo, para este artigo, foi utilizada como fonte a seguinte documentação: os módulos das disciplinas de História, Geografia, Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), que compunham a área de Estudos Sociais. Além dos módulos, foram utilizadas como documentos as legislações (pareceres, portarias, decretos, entre outros.).

Para análise, utilizou-se o Método Indiciário (GINZBURG, 1989). Segundo esse autor, por milênios, o homem foi um caçador e, durante muito tempo, aprendeu a antever o movimento e a prender suas presas, observando as pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, etc. O método proposto por Carlo Ginzburg consiste na interpretação das pistas, a partir de dados negligenciáveis. Nesse sentido, inicialmente foi realizada uma leitura das fontes, destacando os elementos presentes nos textos. Posteriormente, realizou-se a triangulação de dados, segundo a proposta de Mathison (1988):

[...] várias fontes, [...] são empregadas, frequentemente são confrontadas com uma série de perspectivas ou dados que não confirmam uma única proposição sobre um fenômeno social. Em vez disso, a evidência apresenta proposições alternativas que contêm inconsistências e ambiguidades (MATHISON, 1988, p. 15. Tradução nossa)⁵.

O valor da triangulação está na possibilidade que o investigador tem de construir explicações sobre os fenômenos sociais a partir dos quais eles surgem, utilizando não apenas os resultados convergentes, mas também os resultados inconsistentes e contraditórios (MATHISON, 1988).

Dessa forma, utilizando-se do paradigma indiciário e da triangulação de dados, a análise dos módulos das disciplinas de História, Geografia, Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) do Projeto Logos II partiu de uma leitura abrangente dos módulos (fontes), considerando os elementos presentes nos textos. A observação estendeu-se para elementos externos aos módulos, tomando as legislações, os contextos espaço-temporais (economia, política, etc.) em que se inseriam. Portanto, a ideia era colocar em evidência aqueles elementos menores, os resíduos e, a partir daí, construir uma história.

Os Estudos Sociais no Projeto Logos II

Conforme a legislação direcionada para a Educação, o objetivo da matéria de Estudos Sociais, no tempo do Logos II, era ajustar progressivamente o estudante ao seu meio, porque, segundo essas mesmas leis, o círculo social que envolvia o aluno se tornaria aos poucos mais amplo e mais complexo. Nesse meio, o educando não deveria só viver, mas também aprender a conviver, sem deixar de dar a devida atenção “ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do seu desenvolvimento” (BRASIL, 1971a, Art.3, b.). Para desenvolver a matéria de Estudos Sociais, a LDB 5.692/71 somada ao parecer 853/71, estabeleceram as áreas de estudos de Geografia, de História, de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e de Educação Moral e Cívica (EMC), e todas essas áreas foram elencadas no currículo do Logos II, na parte de Educação Geral.

⁵ “When multiplex sources, [...] are employed web frequently are faced with a range of perspectives or data do not confirm a single proposition about a social phenomenon. Rather, the evidence presents alternative proposition containing inconsistencies and ambiguities.” (MATHISON, 1988, p.15).

Os componentes básicos dos Estudos Sociais seriam a Geografia e a História, que, por meio da Legislação, passaram a constituir uma única disciplina no 1º Grau (FONTOURA, 1979). A Geografia teria como prioridade “a terra e os fenômenos naturais referidos à experiência humana” (FONTOURA, 1979, p. 62). Já a História se focaria no desenrolar da experiência humana no decorrer do tempo. A essência dessa área de ensino seria o estudo do meio, e sua atenção deveria estar no aqui e no agora, no contexto mundial, mas com ênfase no Brasil e no seu desenvolvimento (FONTOURA, 1979). Além disso, “O legado de outras épocas e a experiência presente de outros povos, se de um lado devem levar à compreensão entre os indivíduos e as nações, têm que de outra parte contribuir para situar construtivamente o homem em sua circunstância” (FONTOURA, 1979, p. 62).

No Projeto-piloto do Logos II (BRASIL, 1975) constava que as disciplinas de Geografia e História foram divididas somente para facilitar a elaboração do material e a dinâmica da metodologia de ensino a distância, utilizada pelo Projeto.

A Disciplina de Geografia no Projeto Logos II

Para desenvolver o conhecimento voltado para Geografia (Formação Geral – série 11), a Equipe do CETEB (1984) relatou que havia elaborado oito módulos, mas na nossa busca pelos materiais encontramos nove módulos direcionados a essa área de estudo. Segundo a Equipe do CETEB (1984), os seis primeiros módulos estariam destinados ao ensino do 1º Grau (da 5ª à 8ª série), enquanto os demais eram ao nível do 2º Grau. O Projeto-Piloto previa, aproximadamente, 150 horas de estudos (BRASIL, 1975), mas quando somamos as horas que estavam no roteiro dos módulos, percebemos que proporcionaria aos cursistas uma média de quase 180 horas de estudos. Os elaboradores desses módulos foram: Maria Lúcia Costa Rodrigues Vianna⁶, Sílvia Oliveira Leite de Sá⁷, Ivo das Chagas⁸, e Equipe Técnica do CETEB. Em alguns dos módulos esses elaboradores trabalhavam em parceria. De acordo com Melo, Vlanck e Sampaio (2006), a mudança mais profunda que aconteceu com a disciplina de Geografia na década 1970, foi por causa da criação da parte de Integração Social, quando a

⁶ Não encontramos informações sobre a elaboradora.

⁷ Também não encontramos informações sobre a autora;

⁸ Nasceu no estado de Minas Gerais em 1933, começou o 1º grau com 25 anos e formou-se em geografia pela UFMG no ano de 1964. (Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/16959/9352>>. Acesso em: 16 fev. 2018).

Geografia foi diluída dentro da disciplina de Estudos Sociais. Assim, a bandeira da interdisciplinaridade foi utilizada

[...] para fundir conhecimentos diferentes, métodos diferentes, num único conteúdo. Portanto, a multiplicidade de enfoques não ocorreu em nível de conhecimento da realidade como algo completo e integrado, pelo contrário, a integração de diversos conteúdos resultou em uma disciplina estanque e fragmentada (MELO; VLANCH; SAMPAIO, 2006, p.2688).

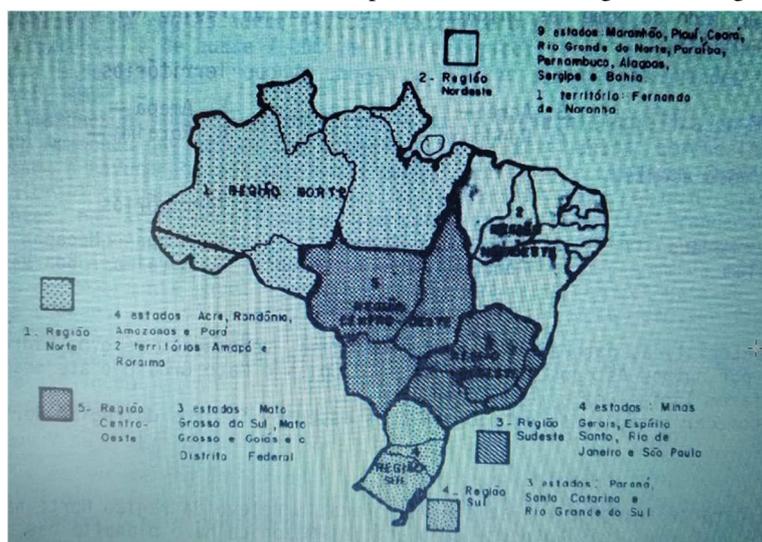
O motivo que levou Geografia e História a não serem mais ensinadas com autonomia, seria a necessidade da despolitização do ensino brasileiro, pois as duas disciplinas contribuía com conteúdo em sala de aula para esse tipo de discussão. Além disso, essas áreas de ensino eram consideradas com pouca utilidade para a formação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, para a educação tecnicista (RIBEIRO, 2011).

Os módulos de Geografia tratavam basicamente de conhecimentos gerais dessa área, relacionados ao Brasil e ao mundo como: o homem no mundo, o espaço (Universo, Via láctea, Terra,...), a divisão da terra, a água, o relevo, o desmatamento, e tantos mais. Aparentemente, essa era a configuração adotada na maioria dos livros didáticos, nessa época:

[...] o programa se inicia com “o homem e a conquista do espaço vivido”, e passa bruscamente para um “espaço” de informação distante; longínquo; que inclui até mesmo noções cosmológicas dificilmente assimiláveis pelo aluno. Acresce ainda a insuficiência da carga horária para o cumprimento do programa oficial, uma vez que os livros didáticos, em geral, o seguem rigidamente, obrigando o professor a uma terrível ginástica dentro do tempo disponível. (RESENDE, 1986, p.18)

O mais perto que os módulos do Logos II chegavam para tratar da Geografia específica de um local era o conhecimento da Região geográfica. Por exemplo, em relação ao Estado de Rondônia, era explanado que, junto a outros Estados, ele pertencia à Região Norte, que ocupava cerca de 40% do território brasileiro, fazendo divisa com os países Sul Americanos (Figura 1).

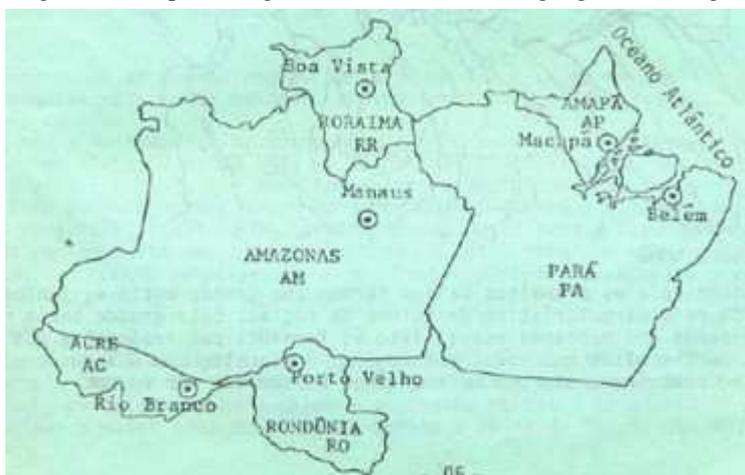
Figura 1 – Divisão Nacional do Brasil no mapa do módulo de Geografia do Logos II



Fonte: CETEB (1981, série 11, módulo 3, p.5).

Depois, eram apresentadas as características gerais da Região Norte, como os Estados e suas capitais, o clima, o relevo, a vegetação, a hidrografia, as fronteiras, etc. (Figura 2) (CETEB, 1981, série 11, módulo 3, p. 4-5).

Figura 2 – Mapa da Região Norte no módulo de geografia do Logos II



Fonte: CETEB (1981, série 11, módulo 3, p.5).

Por um lado, havia nos módulos de Geografia uma exaltação à industrialização, o que condizia com o discurso dos governantes da época, pois, segundo esse material, teria sido a industrialização que “modificou a estrutura econômica nacional. Hoje, o Brasil não é mais um simples produtor e exportador de produtos primários e importador de produtos industrializados” (CETEB, 1987, série 11, módulo 9, p. 14): Isso teria

ocorrido graças ao Governo Federal “que passou a apoiar e criar condições favoráveis à industrialização, favorecendo política e financeiramente” (CETEB, 1987, série 11, módulo 9, p. 14):

Mas, por outro lado, a mensagem passada, principalmente, no módulo 9 de Geografia, era a de que o Governo Federal apoiava a agricultura e a pecuária no país “sendo uma das metas principais da política econômica oficial” (CETEB, 1987, série 11, módulo 9, p. 4), não tendo como foco só a industrialização. Tanto que “nesse aspecto o Governo vem procurando ampliar a linha de crédito e os prazos de financiamento por meio dos bancos oficiais, permitindo, assim, a maior mecanização da nossa agricultura” (CETEB, 1987, série 11, módulo 9, p. 8). Portanto, no geral, o material didático pretendia transmitir aos professores-cursistas do Logos II, que o Governo era bom e justo, numa tentativa de dificultar “análises críticas, sobre o tipo de estruturação social capitalista do país, que gera as grandes desigualdades sociais entre o povo brasileiro” (NOSELLA, 1981, p. 97).

Além disso, os módulos traziam o discurso de que o investimento de dinheiro público na empresa privada e a entrada de capital estrangeiro no país eram imprescindíveis para o desenvolvimento e progresso do Brasil (CETEB, 1987, série 11, módulo 9). Novamente, deduzimos que a intenção era não estimular o espírito crítico do professor-cursista a pensar sobre a que preço estava acontecendo esse progresso, ocultando a submissão do país a “esse processo colonialista, de dependência econômica e política de outras nações, desde o seu descobrimento até os dias atuais” (NOSELLA, 1981, p. 97).

Conjecturamos que esses condicionamentos ideológicos, expostos nos módulos de Geografia do Logos II, tinham a intenção de colocar o professor-cursista em uma postura receptiva, para aderir com prontidão às sugestões que fossem dadas sobre participar do progresso do país, sem restrições ou questionamentos (NOSELLA, 1981). Por exemplo, nos módulos de Geografia esses condicionamentos ideológicos se davam em relação à necessidade do país de mão de obra qualificada, pois, segundo esse material, “com a mecanização crescente da indústria, está diminuindo o emprego de mão de obra não especializada; cada vez mais exigem-se qualificação e especialização” (CETEB, 1987, série 11, módulo 9, p. 14).

A Disciplina de História no Projeto Logos II

Para trabalhar os conhecimentos de História (Formação Geral – série 9) o Logos II desenvolveu oito módulos, que totalizariam, em média, 150 horas. Metade dos módulos era voltada para o ensino no 1º grau e o restante destinado ao 2º Grau. Como elaboradores desse material, encontramos: Luiz Oswaldo Pamplona⁹; Sílvia Oliveira Leite de Sá¹⁰ e Equipe Técnica do CETEB.

Segundo Pereira (2014), além dos problemas relacionados à compilação dos conteúdos de Geografia e os de História, estavam as limitações para lecionar essa disciplina. Isso, porque essa área de estudos estava “diretamente relacionada com os acontecimentos ligados à política do país” (PEREIRA, 2014, p 1) e, por esse motivo, a disciplina foi reduzida e distribuída em outras áreas de ensino, como na disciplina de Educação Moral e Cívica. Ademais, houve uma reorganização na estrutura curricular de História, pois os conteúdos ensinados na escola não poderiam comprometer o programa político do Governo (PEREIRA, 2014).

Os assuntos tratados nos módulos de História do Logos II eram: as civilizações da antiguidade e os impérios medievais, os tempos modernos, as grandes transformações da idade moderna, o mundo contemporâneo, o Brasil: de colônia a república, o Brasil republicano. Segundo os elaboradores dos módulos da série 9, a História deveria ser considerada um instrumento cultural, esclarecendo que essa área não se ocupava somente do estudo do passado, ela também se ocupava dos acontecimentos importantes que ocorrem na sociedade “registrando-os, interpretando-os e localizando-os no tempo e no espaço” (CETEB, 1986, série 9, módulo 5, p.4). Por isso, de acordo com esse material, a História era também um meio para entender os diversos usos, costumes, e tradições da vida dos povos (CETEB, 1986, série 9, módulo 5).

Foi na década de 1970 que se desencadeou o debate sobre a necessidade da história regional. A intenção do Governo era a de regionalizar os currículos escolares, por isso incentivava a produção de materiais didáticos direcionados à história e à geografia regional. O argumento era que fosse desenvolvida uma metodologia de ensino

⁹ Bacharel e licenciado em Geografia e História – UFPA, 1959; cursou duas disciplinas do mestrado em Antropologia – UNB, 1965. (Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd005619.pdf>>. Acesso em: 23.fev.2018.

¹⁰ Como mencionado na análise dos módulos da série 11 – geografia, não encontramos informações sobre essa elaboradora.

que se aproximasse mais da realidade social do aluno. Contudo, essa regionalidade acabava por dificultar a compreensão do processo histórico, por causa da “complexidade de seu movimento e de seus conflitos” (MATHIAS, 2011, p. 46). Mas, mesmo com um conteúdo enviesado, esses materiais foram difundidos nas escolas (MATHIAS, 2011).

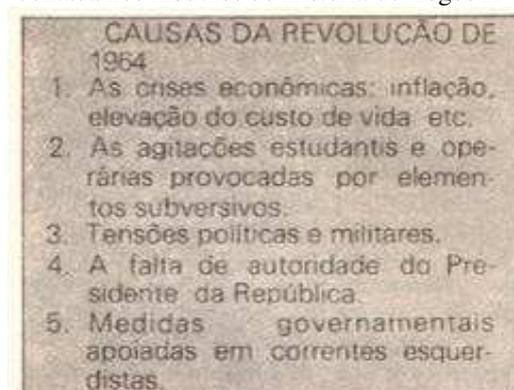
A Equipe do CETEB (1984) explanou que teve que adequar os módulos de História e Geografia por meio de extensas modificações, por causa das particularidades regionais. Relataram, ainda, que alguns Estados elaboraram seu próprio material. Contudo, ao analisar os módulos de História e Geografia do programa, não conseguimos identificar esse conteúdo regionalizado, e os professores entrevistados por Gromann de Gouveia (2016; 2019) afirmaram também não ter recebido tais materiais.

Ainda nos módulos de História, encontramos uma parte que os elaboradores chamaram de Brasil atual (1951 a 1976). Nesse tópico de História, foi apresentada uma versão explicativa dos “[...] chamados ‘governos revolucionários’ que dirigiram o País, a partir da Revolução de Março de 1964” (CETEB, 1981, série 9, módulo 6, p. 4). Na narrativa contada nos módulos do Logos II, a Ditadura Militar foi uma revolução vitoriosa, sendo sua causa necessária, já que,

O Presidente João Goulart, sem forças para restaurar a ordem, foi perdendo a autoridade e também a confiança do povo e das forças armadas, até que em 31 de março de 1964, a revolução Democrática afastou-o do governo. O presidente deposto procurou asilo no Uruguai (CETEB, 1981, série 9, módulo 6, p. 7).

Foi apresentado até um quadro aos professores-cursistas dos motivos que “forçaram” os militares a tomarem o governo do país (Figura 3).

Figura 3 – Resumo dos motivos que levaram ao Golpe de 1964 na versão contada nos módulos de História do Logos II



Fonte: CETEB (1981, série 9, módulo 6, p. 7).

Os módulos de História do Logos II contavam que o Presidente da República, eleito pelos deputados e senadores, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, dedicou o “seu governo a combater a subversão, a reorganizar a vida econômica e a oferecer condições favoráveis aos seus sucessores de continuarem o desenvolvimento do país” (CETEB, 1981, série 9, módulo 6, p. 7). Além disso, eram também elencadas todas as “benfeitorias” feitas ao Brasil pelos cinco presidentes que administraram o país no período do regime militar (1964 a 1985) (CETEB, 1986, série 9, módulo 8, p. 7).

Como era de se esperar, devido à censura que havia naquele tempo, e pelo fato de o Logos II pertencer ao Governo Federal, os momentos em que os módulos 6 e 8 trataram de História recente (1951-1976), ou seja, a época do governo militar, o golpe de 1964 era denominado como a Revolução de março de 1964 ou de “governo revolucionário” (CETEB, 1981, série 9, módulo 6). Naquela época, estudantes e trabalhadores por lutar por seus direitos, eram vistos como ameaças ao sistema de segurança nacional. E qualquer opinião contrária ao regime instalado era cassada, censurada e reprimida de maneiras impensáveis. Portanto, nos módulos predominava a versão do poder dominante, a que seria autorizada e legitimada pelo governo vigente na época de implantação e funcionamento do Programa.

A ação de reduzir as disciplinas de Geografia e História ou distribuí-las dentro da disciplina de Educação Moral e Cívica, tinha como objetivo controlar a postura política da população, pois,

Ao não reconhecer História e Geografia como campos epistemológicos independentes e colocá-los, na organização curricular, no mesmo nível e grau de Educação Moral e Cívica e Organização Social do Trabalho, os órgãos públicos ligados à educação admitiam um sentido pragmático para as disciplinas, o de ajustar o indivíduo a sociedade e formar o cidadão pouco consciente [...] sua finalidade maior era preparar o indivíduo para o trabalho (ABUD, 1999, p.151).

Uma das finalidades da disciplina de Moral e Cívica era alinhar o pensamento dos cidadãos ao pensamento patriótico na perspectiva dos militares (PEREIRA, 2014).

A Disciplina de Educação Moral e Cívica no Projeto Logos II

Os contornos ideológicos da Educação, na ótica do governo militar, tinham como principal função reproduzir os ideários sociais, políticos e econômicos da sociedade burguesa, disseminando seus valores. No imaginário desses grupos, ao propagarem suas concepções nas escolas, os demais níveis da sociedade reproduziriam esses preceitos que pertenciam às elites. Portanto, o grupo que detinha o poder buscava difundir modelos educacionais que homogeneizassem toda a sociedade, de acordo com os padrões que eles estipularam (PAVIANI, 2014), sendo a disciplina de EMC uma das propagadoras desses ideários.

Para desenvolver a disciplina de EMC (Formação Geral – série 05), a Equipe do Logos II elaborou quatro módulos que deveriam ter 40 horas de estudos prováveis. Metade dos módulos era para o nível de 1º grau e a outra metade para o 2º Grau (CETEB, 1984). A elaboradora desse material era Maria do Socorro Fernandes¹¹.

A obrigatoriedade da disciplina de EMC foi imposta um pouco antes da LDB de 1971. Essa disciplina foi estabelecida pelo Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 e, depois de sua promulgação, essa área de estudos continuou no currículo escolar de 1º e 2º graus, por um período de 24 anos, quando foi revogada pela Lei nº 8.663 de 1993 (FILGUEIRAS, 2006a)¹².

De acordo com o Decreto que regulamentava a EMC na década de 1971, essa disciplina visava à “formação do caráter do brasileiro e ao seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores morais da nacionalidade” (BRASIL, 1971b, Artigo 2º). As ideias presentes na Legislação esclareciam como que o Estado e os grupos dominantes entendiam a escolarização. Para eles, o ensino destinava-se à formação de um cidadão que amasse a Pátria e defendesse seus princípios moralizadores (FILGUEIRAS, 2006a). Desse modo, por meio do civismo, era disseminado o pensamento ideológico da ditadura, sendo que alguns dos propósitos da EMC eram:

¹¹ Não encontramos informações sobre essa elaboradora.

¹² As discussões sobre a participação do Estado brasileiro na EMC da população, já estavam circulando nos discursos oficiais desde o início da República, quando iniciaram os debates sobre a universalização da escola, “que tinha como tema central a educação cívico-patriótica e moral” (FILGUEIRAS, 2006a, p. 3377). Depois dessa época, teve tempos em que a moral e cívica foi ministrada como uma disciplina, e já em outros momentos, foi colocada como uma orientação geral das escolas, assim, suas concepções eram distribuídas pelas demais disciplinas escolares, até que no ano de 1969 se estabilizou, configurando-se em uma disciplina independente e obrigatória em todos os níveis escolares (FILGUEIRAS, 2006a).

a) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; [...] c) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; [...] g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando o bem comum. (BRASIL, 1971b, Artigo 2º).

Para controlar, autorizar e legitimar as informações que seriam propagadas por meio da disciplina de EMC, o Governo Federal, além do Conselho Federal de Educação (CFE), criou a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC)¹³ e seus membros, assim como os do CFE, eram escalados por nomeações. Todos os materiais relacionados às disciplinas de EMC, OSPB e de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB)¹⁴, antes de ser publicados deveriam passar pelo parecer da CNMC (FILGUEIRAS, 2006a). Contudo, a relação entre o CFE e CNMC, era um pouco conflituosa, já que havia uma certa disputa de poder entre essas duas instâncias.

A grande maioria das decisões e pareceres da CNMC estavam vinculados aos pareceres do CFE, que reafirma constantemente nos textos oficiais sua supremacia, ao apresentar-se como principal órgão de decisão sobre a educação no País. Por outro lado, a CNMC possuiu atuação decisiva ao estabelecer os “Subsídios para Currículos e Programas Básicos de Educação Moral e Cívica” em 1970, principalmente por esses subsídios servirem de base para muitos livros didáticos. A aprovação dos livros didáticos para todos os níveis de ensino foi também um dos espaços de grande atuação da Comissão (FILGUEIRAS, 2006a, p. 3379).

Por mais que o Logos II pertencesse ao Governo Federal, pressupomos que os módulos de EMC devem ter passado pelos CFE e CNMC, antes de ser disseminados nos Estados em que o Logos II estava funcionando, pois a seleção dos assuntos que foram trabalhados nesse material – mesmo com algumas variações na ordem ou enfatizando mais um ponto do que outros – estava de acordo com as prescrições do programa curricular oficial exigido tanto pelo CFE como pelo CNMC (FILGUEIRAS, 2006a).

O primeiro tópico do material de EMC do Logos II apresentou que todo o homem era um ser superior na natureza, pois só ele pode se comunicar, acreditar em algo, construir uma cultura e uma história. Como um ser social, o homem pode interagir

¹³ Criada por meio do Decreto-lei nº 869/69.

¹⁴ Essa disciplina era ministrada no Ensino Superior.

e participar de um grupo social, sendo que os três mais importantes eram: a família, a escola e a igreja (CETEB, 1981, série 05, módulo 1). Segundo esse material, as características que os três tinham eram que “reuniam pessoas com objetivos comuns, que cooperam uma com as outras, e interagem [...]” tinham estruturas próprias e permanentes, “e o relacionamento entre seus membros são [era] regido por normas e leis” (CETEB, 1981, série 05, módulo 1, p. 11).

Da mesma forma que o cidadão era membro dos três grupos (a família, a escola e a igreja), ele também era membro do Estado que, igualmente, era regido por normas e leis (CETEB, 1982, série 05, módulo 2). Portanto, esse material do Logos II, ao falar da família, da escola, da igreja, da sociedade e do Estado – expondo que eram as normas que regiam as ações desses corpos sociais tendo como base os bons princípios — tinha a intenção de transmitir aos professores-cursistas as convenções de como deveria ser o comportamento adequado em diversas situações da vida.

Os militares defendiam que o sistema educacional precisava reestruturar-se, e a disciplina de EMC fazia parte da estratégia de controlar a população política e ideologicamente, sendo a escola uma das principais difusoras da mentalidade do Governo Militar. Tal reforma tinha como tática moldar o comportamento da população, por meio do universo moral e vínculo familiar (FILGUEIRAS, 2006a). Percebemos tal preceito, também, na análise dos módulos de Didática da Educação Artística (série 27), quando o material orientava que uma das funções do professor era integrar a família, a escola e a comunidade (CETEB, 1982, série 27, módulo 1, p.11).

Os módulos de EMC estabeleciam os objetivos da instituição família, e como ela era dividida hierarquicamente (CETEB, 1981, série 05, módulo 1). Também, nos módulos de EMC, eram apontados os direitos e deveres dos cidadãos “Os cidadãos gozam de direitos e, em contrapartida, são obrigados a cumprir seus deveres” (CETEB, 1982, série 05, módulo 2, p.8), pois, assim, o grupo social realizaria seus objetivos. Essa era uma característica geral dos livros que tratavam do conteúdo de EMC. Esses materiais e, conseqüentemente, os materiais do Logos II, propagaram a concepção de que a função do Estado era arquitetar e disciplinar as diversas manifestações de interações entre os indivíduos que integram a vida social. Para tanto, era necessário que ele, Estado, ditasse os Direitos, as Leis, as Normas e as Regras de Conduta dos sujeitos na Sociedade.

Observa-se que essas afirmações buscavam justificar, de certa maneira, a ação do Estado de maneira incontestável nos diferentes aspectos da vida dos indivíduos. A partir dessa premissa, entendia-se que o Estado tinha autoridade para regular a ação dos indivíduos, pois tinha, dentre seus objetivos, o de discipliná-los (PELEGRINI, 2011, p. 73).

Como a população fazia parte de uma organização maior, ela precisava contribuir para o funcionamento e crescimento dessa corporação e cada um tinha seu papel a cumprir. Uma das grandes preocupações do governo militar era o patriotismo, cujo objetivo era o de mobilizar a nação, para a construção de estado forte e harmonioso, evidenciando os valores da família, da moral, da religião e da fé e da defesa da pátria fundamentada em preceitos anticomunistas (FILGUEIRAS, 2006a).

Os módulos de EMC também orientavam os professores-cursistas a estimularem os alunos para o trabalho: “Quanto você conversar com os seus alunos sobre trabalho, não deixe de falar sobre as qualidades do trabalho bem-feito. Eles estão se preparando para, no futuro, exercer uma profissão, para realizar um trabalho” (CETEB, 1982, série 05, módulo 2, p.11). Esse trabalho precisava atender três [4?] aspectos: competência, responsabilidade, perseverança e amor (CETEB, 1982, série 5, módulo 2).

Essas propostas ultrapassavam os muros da escola, e o objetivo era atingir a sociedade como um todo. O governo militar tentava induzir o cidadão a ter uma conduta desejável que tinha como fundamentos a “passividade, a obediência, o cumprimento das próprias funções profissionais e sociais, a fé e a esperança de que os problemas sejam resolvidos por aqueles cuja função social é fazer a política” (CERRI apud FILGUEIRAS, 2006a, p. 378). Em relação à confiabilidade naqueles que faziam a política, ficava evidente esse discurso no material do Logos II, quando os elaboradores dos módulos de EMC, afirmavam ser obrigação do Estado garantir o bem-estar de todos os cidadãos (CETEB, 1982, série 5, módulo 2).

Como o Governo Militar julgava que o povo brasileiro tinha esquecido o espírito patriótico, ele tentava restabelecê-lo por meio da cultura escolar (PEREIRA, 2014). Nos módulos de EMC do Logos II essas concepções eram defendidas da seguinte forma: “O país em que vivemos e que amamos – o solo com suas riquezas, o povo com seus hábitos e costumes, as instituições e as leis, a língua, a história, nossas aspirações e os ideais coletivos – todo esse conjunto, é o que chamamos de Pátria” (CETEB, 1981, série 05, módulo 3, p. 3).

Em todos os materiais didáticos relacionados a essa área de estudos, nessa época, eram apresentados aos alunos a magnificência da Pátria e, por sua grandeza, deveria transformar-se no orgulho do seu povo. Além disso, os militares entendiam que, controlando as informações que poderiam estimular o pensamento em relação à organização do país, limitar-se-ia a capacidade de questionamentos da população (NOSELLA, 1981; PEREIRA, 2014). Em nossa dissertação de Mestrado, abordamos mais profundamente como que se deu a administração do Governo Militar em Rondônia, por ocasião do Logos II já que, nessa época, esse ente da Federação ainda estava na condição de território, sendo administrado política e economicamente pelo Governo Federal.

Em relação a estimular o patriotismo, para fortalecer a unidade nacional, os módulos de EMC do Logos II apresentavam os símbolos nacionais: “A Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional” (CETEB, 1981, série 05, módulo 3, p. 9), dando destaque para os dois primeiros. Inclusive, o módulo 3 disponibilizou na íntegra a Lei nº 5.700 de 1º de setembro de 1971¹⁵, que tratava das disposições em relação à Bandeira Nacional e ao Hino Nacional nos estabelecimentos públicos e privados e, conseqüentemente, nas escolas (CETEB, 1981, série 5, módulo 3). Contudo, esse momento cívico nas escolas, fora criado no Governo de Getúlio Vargas em 1936, com intenção de estimular o amor à Pátria.

Segundo a Lei nº 5.700/71, a Bandeira Nacional tinha uma série de regras para o hasteamento, inclusive com determinações de horários. Ademais, “Nas escolas públicas ou particulares é obrigatório o hasteamento solene da Bandeira Nacional, durante o ano letivo pelo menos uma vez por semana” (BRASIL, 1971b, Artigo 3º, Parágrafo único). Ainda nas escolas, era “obrigatório o ensino do desenho e do significado da Bandeira Nacional, bem como do canto e da interpretação da letra do Hino Nacional em todos os estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares do primeiro e segundo grau” (BRASIL, 1971b, Artigo 39º). Os módulos de EMC do Logos II instruíam o cursista que todo o brasileiro tinha o dever de cantar o Hino Nacional corretamente e, quando fosse executado, todos deveriam ter “uma atitude de respeito, ficando em posição correta e em silêncio (CETEB, 1981, série 05, módulo 3, p. 18). De acordo com Costa (2014), havia uma forma de organização para esse momento cívico nas escolas. Os

¹⁵ Essa Lei revogou a Lei 5.389 de 22 de fevereiro de 1968 e a Lei 5.443 de 28 de maio de 1968.

alunos eram agrupados por nível de séries e turmas, separados os meninos das meninas e dispostos em filas do menor para o maior.

Nessa época, eram divulgadas também outras instruções no sentido de controlar a sociedade por meio da cultura escolar; sendo assim, o Governo por meio do MEC, estimulava nas escolas brasileiras à utilização do uniforme, das cadeiras em fileiras, do “tablado que deixava o professor em um nível elevado dos alunos, capas de cadernos do Brasil, hino nacional no verso dos cadernos” (PEREIRA, 2014, p.7). O Hino Nacional presente nesses materiais escolares era uma forma de divulgar a intenção do Governo, ou seja, o patriotismo. O hino era uma construção e um reforço no ideal nacionalista por meio da música e das palavras neles contidas. Desde o canto orfeônico, criado como disciplina escolar na época de Getúlio Vargas, tinha-se esse objetivo (XAVIER, 2004).

Ainda em relação aos módulos de EMC, outro símbolo da nação eram as Armas Nacionais, que ficavam na guarda das Forças Armadas e essa, no que lhe concernia, tinha a missão de defender a Pátria dos inimigos internos e externos. Segundo as informações nesses módulos, as Forças Armadas eram “[...] essenciais à execução da política de segurança nacional, destinando-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem” (CETEB, 1981, série 05, módulo 3, p. 5). Os conteúdos dos livros didáticos da época, assim como os dos módulos, tentavam cooptar a população para aderir ao processo político vigente, por meio do convencimento de que somente os militares tinham capacidade para governar o país com eficiência e competência.

Além disso, os discursos presentes nos módulos de EMC defendiam que todos os brasileiros, das várias regiões do Brasil, participavam da construção do “Grande Brasil”, por isso também desfrutavam dos lucros do desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2014), como podemos observar nos módulos: “Precisamos integrar todas essas regiões, realizando um esforço coletivo, no sentido de torná-las igualmente prósperas e oferecer a todo o povo brasileiro, condições melhores de vida” (CETEB, 1981, série 5, módulo 3, p. 7). Ainda nesse sentido, nos módulos do Logos II, eram informados aos professores-cursistas que “o governo era do povo, pelo povo e para o povo” (CETEB, 1981, série 05, módulo 3, p. 7), e isso se dava mediante um sistema democrático, representado por um governante eleito por meio do voto pelo cidadão brasileiro. Seria nesse momento cívico que “cada brasileiro manifesta[va] a sua vontade”. Votar é um ato de defesa da Pátria, e escolher bem seus representantes, é um dever que se impõe para o aperfeiçoamento de nossas instituições (CETEB, 1981, série

05, módulo 3, p. 7). Esse discurso, que foi disseminado nos materiais do Logos II, era comum nos livros didáticos daquela época.

A democracia que era defendida na Constituição Brasileira,

[...] que garantia os direitos fundamentais do homem, não estava sendo praticada de forma plena no governo militar, [...] por causa da ameaça comunista de assumir a administração do país; os militares, ao assumirem o poder, estavam garantindo que o poder democrático permanecesse em nosso país, porém este regime democrático deveria passar por algumas correções a fim de evitar que o comunismo chegasse ao poder. (PAVIANI, 2014, p. 6).

Para o governo vigente, ele era genuinamente democrático e suas características autoritárias eram para fins democráticos. Para legitimar as suas ações, esses discursos faziam parte da estratégia dos militares para justificarem as medidas empregadas tanto na economia, na política como na educação (PAVIANI, 2014).

As concepções relacionadas à segurança nacional nos módulos do Logos II estavam em sintonia com os demais livros didáticos que tratavam da EMC. Em todos esses materiais, circulava o discurso de que a segurança nacional era dever “de todo o povo brasileiro” (CETEB, 1981, série 05, módulo 4, p. 4) e seus objetivos eram

[...] a integridade territorial, a integração nacional, a soberania, o prestígio internacional, a democracia representativa, a paz, o bem-estar e o desenvolvimento social e econômico. Estes objetivos, por serem fundamentais e permanentes, deveriam ser alcançados, com o emprego de todos os meios de que dispunha a nação, e preservados até pela guerra, se fosse necessário (PELEGRINI, 2011, p. 81).

No geral, os textos dos módulos de EMC do Logos II eram do tipo informativo e não levavam à reflexão, tendo só um ponto de vista, a do poder dominante, o que não contribuía para estimular o pensamento crítico. Os exercícios incitavam somente a memorização com a repetição do trecho do texto lido.

Segundo as prescrições dos CFE e CNMC, os principais assuntos tratados na área de Estudos Sociais seriam:

O homem brasileiro, formação étnica e cultural; A comunicação; Regiões brasileiras. Os assuntos que compõem a seqüência [sic] dos índices variam entre: Educação; Saúde e Saneamento básico; Ciência e Tecnologia; Política habitacional; Trabalho e Previdência Social; Mercado de Trabalho; Comunicação; Política Energética; Desenvolvimento industrial; Integração do Brasil na Civilização

Ibero-Americana e no contexto mundial (FILGUEIRAS, 2006a, p. 3380).

Percebemos em nossa análise que esses conteúdos foram divididos entre as disciplinas de Educação Mora e Cívica (série 05) e OSBP (série 04). De um modo geral, os módulos referentes a essas áreas de estudos fizeram uma seleção dos conteúdos, alterando sua ordem e enfatizando determinados assuntos.

A disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB)

A quarta disciplina relacionada aos Estudos Sociais era a Organização Social e Política do Brasil, conhecida como OSPB (Formação Geral – série 04). Essa área de estudos era desenvolvida no Logos II, por meio de quatro módulos, sendo os dois primeiros destinados ao 1º Grau e os outros dois eram em nível de 2º Grau (CETEB, 1984), também totalizando 40 horas de estudos prováveis. Como elaboradores desse material estavam Marília de Carvalho Pompeu¹⁶ e Sílvia Oliveira Leite de Sá¹⁷, que estabeleciam parceria com a Equipe Técnica do CETEB.

A existência da disciplina da OSPB no currículo escolar é mais antiga que a da EMC. Com a abertura do ensino em massa, a partir da LDB de 1961, o Governo começou a preocupar-se com a escolarização para a cidadania, já que alcançaria a maioria das crianças e jovens do país, e precisaria moldar as posturas e os comportamentos sociais que dessem sustentação e legitimidade “ao investimento que deveria ser realizado pela educação nacional” (MARTINS, 2003, p.162).

Assim, a OSPB foi criada no ano de 1962, para ser ministrada no Ensino Secundário, e a sua finalidade era atender a “necessidade de os alunos aprenderem a exercer conscientemente a cidadania democrática” (MARTINS, 2003, p.161). Como não havia outra disciplina exercendo essa função no currículo escolar, a OSPB, contribuiria para ensino da realidade social e política, e o desenvolvimento do espírito democrático do homem brasileiro (MARTINS, 2003).

Com o Decreto-Lei nº 869/69, a OSPB foi mantida no 2º Grau e vinculada ao CNMC (FILGUEIRAS, 2006b). Em consonância com a LDB de 1971, a disciplina de OSPB estava incumbida do preparo do aluno para o exercício consciente da cidadania e

¹⁶ Não conseguimos encontrar informações sobre a elaboradora

¹⁷ Como já relatamos na análise da série 09 – História, não conseguimos encontrar informações sobre essa elaboradora.

da capacitação para organização política e social. Esses conhecimentos deveriam convergir, em menor ou maior grau, não somente com Geografia, História e EMC, mas também com todas as disciplinas que integrariam o currículo escolar, “com vista a uma efetiva tomada de consciência da cultura brasileira, nas suas manifestações mais dinâmicas e do processo em marcha do desenvolvimento nacional” (FONTOURA, 1979, p. 62). Observa-se que aquele pensamento inicial da OSPB, como defesa das instituições democráticas, alterava-se para a defesa das instituições nacionais, acompanhado da EMC (FILGUEIRAS, 2006b).

Os módulos de OSPB do Logos II, no geral, apresentavam ao professor-cursista as estruturas administrativas brasileiras no sentido geográfico, histórico e econômico e, também, os princípios institucionais do Estado Nacional.

Havia um esforço muito grande dos módulos de OSPB para retratar a industrialização como essencial para o progresso do Brasil, e o Governo, ao dar todo apoio a esse processo, só estava garantindo o bem-estar da população brasileira (CETEB, 1981, série 4, módulo 2). Conforme os módulos, para esse processo de industrialização que estava impulsionando a Nação, era necessária mão de obra qualificada, uma vez que, devido à grande migração do campo para cidade “o comando da vida política do país deixou de ser rural para ser urbano” (CETEB, 1981, série 4, módulo 2, p.18).

Contudo, de acordo com os módulos, esses cidadãos que vieram do campo para a cidade, não tinham habilidades para trabalhar nas fábricas e “[...] como o progresso de um país depende do desenvolvimento de suas empresas, é muito importante, também o preparo técnico do trabalhador” (CETEB, 1987, série 04, módulo 3, p. 8). Nesse sentido, os módulos mostravam que o Governo apoiava a população, ao promover uma política de integração social, oferecendo oportunidades de capacitações para todos: “Daí a necessidade da criação de escolas capazes de preparar técnicas em áreas específicas de sua produção” (CETEB, 1987, série 04, módulo 3, p. 8). Todos eram chamados a fazer parte do desenvolvimento do país, não apenas o sexo masculino, mas também do feminino.

E o que tem isso, você me perguntaria? Muita coisa, a mulher deixou de ser empregada doméstica. Isto fez com que a mulher adquirisse mais liberdade e fosse mais valorizada, pois ela participa diretamente das forças produtoras do país, coisa que antes era só reservada aos homens (CETEB, 1981, série 04, módulo 2, p. 17).

Todos os indivíduos tinham que se tornar úteis à sociedade, tinham que aprender a produzir pela Pátria (FILGUEIRAS, 2006b). Nota-se que o discurso disseminado nos módulos de OSPB era o de que todos os brasileiros estavam convidados a fazer parte da construção desse progresso.

Nesses módulos de OSPB, eram apresentados ao professor-cursista o panorama dos problemas sociais e econômicos do país (CETEB, 1987, série 04, módulo 4), sendo que o governo estava empenhado em melhorar a situação de vida dessa população, por meio do desenvolvimento econômico (CETEB, 1987, série 04, módulo 3). Mesmo os que permaneciam na zona rural eram auxiliados pelo Governo por meio de medidas de fixação do homem no campo (educação, transportes, saúde e cobertura legislativa) até porque eles também tinham um papel a cumprir no Brasil potência, pois “a agricultura brasileira precisa do trabalhador rural” (CETEB, 1987, série 04, módulo 4, p. 9).

De uma forma geral, os módulos de OSPB tentavam apresentar a versão do Governo sobre a realidade social e política do Brasil daquela época, o que parecia ser comum nos livros didáticos relacionados a essa área, naquele período (FILGUEIRAS, 2006a). A intenção desses materiais era legitimar as decisões e ações do Governo vigente. Sua função era meramente prescritiva, uma vez que a ideia era propiciar a compreensão do organograma estatal e da ordem social (MARTINS, 2014).

Considerações finais

Encontramos fortes indicativos de um discurso da época de despolitização no ensino de Geografia e História, já que essas disciplinas eram consideradas de pouca utilidade para o trabalho. Essa opção era, principalmente, em função da educação tecnicista daquele tempo. Entretanto, percebe-se que nos módulos do Projeto Logos II os conteúdos dessas áreas de ensino não eram tão despolitizados assim, já que, de um modo geral, eram enfatizadas as ações do Governo Militar, principalmente nos campos da política econômica (indústria, agricultura e pecuária), representando o governo como bom e justo. Ademais, nos módulos de Geografia, era também salientado o discurso do investimento do capital estrangeiro no país, para o desenvolvimento econômico. Contudo, essas questões não eram, de modo algum, problematizadas: a que preço isso foi feito? De um modo geral, os módulos repassam as informações condizentes com os valores e convicções do Governo vigente, colocando o professor--cursista em uma atitude de postura receptiva.

Em relação à disciplina de História, apresentava-se nos módulos a Ditadura Militar como uma revolução vitoriosa. Era uma visão do poder dominante. Isso era reforçado na disciplina de Educação Moral e Cívica, que reproduzia os ideários sociais, políticos e econômicos da sociedade burguesa. Dessa forma, um cidadão, além de ser membro da família, da escola e da igreja, era membro também do Estado, que deveria ser regido por normas e legislações.

A Educação Moral e Cívica estimulava a questão do patriotismo, do fortalecimento dos símbolos e da unidade nacional. Nesse caso, os módulos tratavam do Hino Nacional e da Bandeira como símbolos a serem adotados nas escolas. Além da Educação Moral e Cívica que tratava desse tópico, a disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) tinha a incumbência de preparar o aluno para o exercício da cidadania e para a organização política e social. A OSPB apresentava, também, aos cursistas a estrutura administrativa brasileira, em relação aos aspectos geográfico, histórico e econômico do país. Novamente, assim como nos módulos de Geografia e História, os módulos de OSPB apresentavam a versão do Governo sobre a realidade e política do Brasil.

Por fim, e de um modo geral, os conteúdos dessas disciplinas eram comuns nos livros didáticos da época, ou seja, propagavam o discurso que seria autorizado e legitimado pelo poder dominante.

Referências

ABUD, K. M. **Conhecimento histórico e ensino de História**: a produção do conhecimento histórico escolar. In: SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. R. (Org.). *Perspectivas do ensino de História III*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 149-156.

AMARAL, M.T.M. Políticas de habilitação de professores leigos: a dissimulação da inocuidade. In: GARCIA et al. **Professor Leigo**: Institucionalizar ou erradicar? São Paulo: Cortez; Brasília: SENEb, 1991. p. 37-83.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. **Parecer nº 853 de 12 de novembro de 1971**. Núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na Lei n. 5.692. In: Documenta nº 132, Rio de Janeiro, nov. 1971a.

BRASIL. **Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro 1971.** Regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. 1971b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28 jan. 2019

BRASIL. Ministério da Educação e cultura; Departamento de Ensino Supletivo. **Projeto Logos I:** O desafio da experimentação o resultado, Brasília, 1974.

BRASIL. Ministério da Educação e cultura; Departamento de Ensino Supletivo. **Projeto Logos II,** Brasília, 1975

CETEB. **Logos II:** Registro de uma experiência. Brasília: CETEB, 1984.

CETEB. **Logos II:** Série 04 – Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Módulo Módulo 2. 4. ed. Brasília, 1981.

CETEB. **Logos II:** Série 04 – Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Módulo 3 ao Módulo 4. 5. ed. Brasília, 1987.

CETEB. **Logos II:** Série 05 – Educação Moral e Cívica. Módulo 1. 4. ed. Revista. Brasília, 1981.

CETEB. **Logos II:** Série 05 – Educação Moral e Cívica. Módulo 2. 5. ed. Revista. Brasília, 1982.

CETEB. **Logos II:** Série 05 – Educação Moral e Cívica. Módulo 3 ao Módulo 4. 4. ed. revista. Brasília, 1981.

CETEB. **Logos II:** Série 09 – História. Módulo 5. 3. ed. Brasília, 1986.

CETEB. **Logos II:** Série 09 – História. Módulo 6. 4. ed. revista. Brasília, 1981.

CETEB. **Logos II:** Série 09 – História. Módulo 8. 3. ed. Brasília, 1986.

CETEB. **Logos II:** Série 11 – Geografia. Módulo 3. 3. ed. Brasília, 1981.

CETEB. **Logos II:** Série 11 – Geografia. Módulo 9. 4. ed. Brasília, 1987.

CETEB. **Logos II:** Série 27 – Didática da Educação Artística. Módulo 1. 4ª ed. Revista. Brasília, 1982.

COSTA, A. L. M. C. A ditadura vista da escola: uma memória. **Revista Carta Capital**, 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-ditadura-vista-da-escola-uma-memoria-945.html>> Acesso em: 22 fev.2018.

FILGUEIRAS, J. M. O livro didático de educação moral e cívica na ditadura de 1964: a construção de uma disciplina. VI congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Uberlândia-MG. **Anais**. 2006a. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/302JulianaMirandaFilgueiras.pdf>> Acesso em: 19 fev.2018

FILGUEIRAS, J. M. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. São Paulo-SP, 2006, Dissertação (Mestre em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), 2006b.

FONTOURA, A. **A Reforma do Ensino: (Diretrizes e Bases para o estudo de 1º e 2º Graus)**. Rio de Janeiro: Aurora, 1979.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GROMANN DE GOUVEIA, Cristiane Talita. **A proposta nos módulos do Projeto Logos II e a prática docente do professor-cursista em Rondônia**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2019.

GROMANN DE GOUVEIA, Cristiane Talita. **O Projeto Logos II em Rondônia: a implantação do projeto-piloto e as mudanças em sua organização político-pedagógica**. 2016. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2016.

MARTINS, M. C. A. As humanidades em debate: a reformulação curricular e a criação de novas disciplinas escolares. In: OLIVEIRA, M. A T.; RANZI, S. M. F (Orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003

MARTINS, M. C. A. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n51/n51a04.pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

MATHIAS, C. L. K. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. **Revista História Unisinos**, p. 40-49, jan/abr. 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/959/163>> Acesso em 19 fev.2018.

MATHISON, S.. Why Triangulate? **Educational Researcher**, v.17, n.2, p. 13-17, mar. 1988.

MELO, A. A.; VLANCH, V. R. F.; SAMPAIO, A. C. F. História da geografia escolar brasileira: continuando a discussão. In.: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Uberlândia-MG. **Anais**. abr./2006. Disponível em: http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/239AdrianyMelo_VaniaRubia.pdf. Acesso em 19 fev. 2018 de fevereiro de 2018.

NOSELLA, M. L. C. D. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. 8ª ed. São Paulo: Moraes, 1981.

PAVIANI, B. Educação moral e cívica na ditadura militar brasileira: uma tentativa de legitimar o poder. (1969-1971). XXV Semana de Ciências sociais – Universidade Estadual de Londrina, 2014. **Anais**. 2014. Disponível em : <http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT6-%202014/GT6_Bruno%20Paviani.pdf> Acesso em 19 fev.2018

PELEGRINI, D. K. V. **Educação moral e cívica**: disciplina e poder disciplinar no ensino de primeiro grau mato-grossense da década de 1970. 2011. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), 2011. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/96f4405147688094b6b9ff4a6ffe013.pdf>> Acesso em: 19 fev.2018.

PEREIRA, J. F. O ensino de história durante a ditadura militar (1964-1985). In.: XXV Semana de Ciências Sociais. Universidade estadual de Londrina (UEL). **Anais**. Abr./2014. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT6-%202014/GT6 Jefferson%20da%20Silva%20Pereira.pdf](http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT6-%202014/GT6%20Jefferson%20da%20Silva%20Pereira.pdf)> Acesso em: 19 fev.2018.

RESENDE, M. S. **A geografia do aluno trabalhador**: caminhos para uma prática de ensino. São Paulo: Loyola, 1986.

RIBEIRO, M. W. Origens da disciplina de Geografia na Europa e seu desenvolvimento no Brasil. **Revista Diálogo Educacional**, v.11, n.34, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/4501/4435>>. Acesso em 21 fev. 2018

XAVIER, E. F. O. A construção da nacionalidade na voz de seus sujeitos. **Anais**. III Congresso Brasileiro de História da Educação (PUC/PR).SBHE. Nov. 2004. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/320.pdf> Acesso em: 21 abr, 2018

Enviado em: 03/02/2020.
Aceito em: 05/06/2020.
Publicado em: 30/08/2020.